

EDITORIAL

A consolidação de um novo volume da *Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa* reafirma o compromisso institucional com a produção de conhecimento científico voltado à proteção das vítimas e à promoção de respostas de justiça compatíveis com a dignidade humana.

Em um campo historicamente marcado por assimetrias de poder, este número enfrenta um desafio central: construir tutela e reparação integral para as vítimas, evitando que o saber jurídico — e as práticas que dele decorrem — permaneçam presos a um formalismo que, frequentemente, neutraliza danos, silencia narrativas e naturaliza violências.

O percurso editorial organiza-se, portanto, em torno da crítica aos limites dos sistemas de controle social e à efetividade das respostas estatais. Longe de uma descrição estática de normas, os artigos aqui reunidos tensionam fronteiras operacionais, evidenciam seletividades e examinam os mecanismos estruturais que perpetuam vulnerabilidades, sobretudo quando os sujeitos atingidos carregam marcas sociais que os tornam "menos escutáveis" nos espaços de decisão pública.

No mesmo eixo, a edição aprofunda a discussão sobre a materialidade do cuidado institucional. A reparação deixa de ser um gesto simbólico eventual para se consolidar como compromisso ético-jurídico; a proteção passa a ser tratada como processo verificável, capaz de mitigar riscos e impedir a revitimização. A experiência demonstra que, em contextos como a violência doméstica — e de forma sensível quando envolve crianças expostas a traumas crônicos —, o relato de vítimas pode ser desqualificado por ceticismo institucional ou por leituras que desconsideram a complexidade do sofrimento. Daí a urgência de um olhar rigoroso sobre desvirtuamentos normativos que, em vez de proteger, geram novos danos.

A arquitetura científica do volume incorpora ainda uma escolha metodológica relevante: a abertura às novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores, por meio do Programa Jovem Líder do Instituto Pró-Vítima. A participação de investigadoras e estudantes de Direito não é tratada como apêndice temático, mas como estratégia de sustentabilidade intelectual e de renovação do pensamento crítico. Sob perspectiva documental e analítica, essa produção ilumina os custos da exclusão e as barreiras que operam o silenciamento de gênero no ambiente corporativo, na representação política e no acesso às instâncias de poder.

Por fim, este número reconhece, também, que as violências contemporâneas ganharam novos contornos com as transições sociotécnicas. A expansão da inteligência artificial generativa e as possibilidades de manipulação hiper-realista criaram dinâmicas inéditas de abuso virtual, cuja circulação algorítmica perpetua danos

— especialmente contra mulheres e crianças. Diante disso, respostas punitivas ordinárias mostram-se tardias, exigindo modelos capazes de compreender os conflitos em sua raiz.

É no encontro fecundo entre gerações que este volume encontra sua principal força institucional: ao articular a solidez crítica de professores, juristas e operadores experientes com o frescor investigativo de novos pesquisadores, a revista consolida um diálogo intergeracional indispensável. Essa interlocução oxigena as bases teóricas da vitimologia e da justiça restaurativa, **revigorando** o debate científico com novas perspectivas. Convidamos leitoras e leitores a encontrarem nestas páginas um terreno comum, comprometido com a transformação prática das instituições e com a afirmação incondicional da dignidade humana.

Celeste Leite dos Santos

Editora Chefe

Marilene Araújo

Editora Chefe

EDITORIAL

The consolidation of a new volume of the *International Journal of Victimology and Restorative Justice* reaffirms our institutional commitment to the production of scientific knowledge dedicated to the protection of victims and the promotion of justice responses compatible with human dignity. In a field historically marked by power asymmetries, this issue faces a central challenge: building comprehensive protection and reparation for victims, preventing legal knowledge—and the practices derived from it—from remaining trapped in a formalisms that frequently neutralizes harms, silences narratives, and normalizes violence.

The editorial journey is therefore organized around a critique of the limits of social control systems and the effectiveness of state responses. Far from being a static description of norms, the articles gathered here challenge operational boundaries, highlight selectivities, and examine the structural mechanisms that perpetuate vulnerabilities, especially when the subjects affected carry social marks that render them "less audible" in public decision-making spaces.

Along the same axis, the issue deepens the discussion on the materiality of institutional care. Reparation ceases to be an eventual symbolic gesture to become an ethical-legal commitment; protection comes to be treated as a verifiable process capable of mitigating risks and preventing revictimization. Experience demonstrates that, in contexts such as domestic violence—and particularly when involving children exposed to chronic trauma—victims' accounts may be disqualified by institutional skepticism or by interpretations that disregard the complexity of suffering. Hence the urgency of a rigorous look at normative distortions that, instead of protecting, generate new harms.

The scientific architecture of this volume also incorporates a relevant methodological choice: the openness to new generations of researchers through the Young Leader Program of the *Instituto Pró-Vítima*. The participation of researchers and law students is not treated as a thematic appendix, but as a strategy for intellectual sustainability and the renewal of critical thinking. From a documentary and analytical

perspective, this production illuminates the costs of exclusion and the barriers that operate gender silencing in the corporate environment, political representation, and access to instances of power.

Finally, this issue also recognizes that contemporary violence has taken on new contours with sociotechnical transitions. The expansion of generative artificial intelligence and the possibilities of hyper-realistic manipulation have created unprecedented dynamics of virtual abuse, whose algorithmic circulation perpetuates harm—especially against women and children. In view of this, ordinary punitive responses prove tardy, demanding models capable of understanding conflicts at their root. It is in the fruitful encounter between generations that this volume finds its main institutional strength: by articulating the critical solidity of experienced professors, jurists, and practitioners with the investigative freshness of new researchers, the journal consolidates an indispensable intergenerational dialogue. "This interlocution oxygenates the theoretical foundations of victimology and restorative justice, revivifying the scientific debate with new perspectives." We invite readers to find within these pages common ground, committed to the practical transformation of institutions and the unconditional affirmation of human dignity.

Celeste Leite dos Santos

Editor-in-Chief

Marilene Araújo

Editor-in-Chief

EDITORIAL

La consolidación de un nuevo volumen de la *Revista Internacional de Victimología y Justicia Restaurativa* reafirma el compromiso institucional con la producción de conocimiento científico orientado a la protección de las víctimas y a la promoción de

respuestas de justicia compatibles con la dignidad humana. En un campo históricamente marcado por asimetrías de poder, este número enfrenta un desafío central: construir tutela y reparación integral para las víctimas, evitando que el saber jurídico —y las prácticas que de él se derivan— permanezcan presos de un formalismo que, frecuentemente, neutraliza daños, silencia narrativas y naturaliza violencias.

El recorrido editorial se organiza, por lo tanto, en torno a la crítica de los límites de los sistemas de control social y de la eficacia de las respuestas estatales. Lejos de ser una descripción estática de normas, los artículos aquí reunidos tensionan fronteras operacionales, evidencian selectividades y examinan los mecanismos estructurales que perpetúan vulnerabilidades, sobre todo cuando los sujetos afectados cargan marcas sociales que los vuelven "menos escuchables" en los espacios de decisión pública.

En el mismo eje, la edición profundiza la discusión sobre la materialidad del cuidado institucional. La reparación deja de ser un gesto simbólico eventual para consolidarse como un compromiso ético-jurídico; la protección pasa a ser tratada como un proceso verificable, capaz de mitigar riesgos y evitar la revictimización. La experiencia demuestra que, en contextos como la violencia doméstica

—y de forma sensible cuando involucra a niños expuestos a traumas crónicos—, el relato de las víctimas puede ser descalificado por escepticismo institucional o por lecturas que desconsideran la complejidad del sufrimiento. De ahí la urgencia de una mirada rigurosa sobre desvirtuamientos normativos que, en vez de proteger, generan nuevos daños.

La arquitectura científica del volumen incorpora además una elección metodológica relevante: la apertura a las nuevas generaciones de investigadoras e investigadores, a través del Programa Joven Líder del *Instituto Pró-Vítima*. La participación de investigadoras y estudiantes de Derecho no se trata como un apéndice temático, sino

como una estrategia de sostenibilidad intelectual y de renovación del pensamiento crítico. Bajo una perspectiva documental y analítica, esta producción ilumina los costos de la exclusión y las barreras que operan el silenciamiento de género en el ámbito corporativo, en la

representación política y en el acceso a las instancias de poder.

Por último, este número reconoce también que las violencias contemporáneas han ganado nuevos contornos con las transiciones sociotécnicas. La expansión de la inteligencia artificial generativa y las posibilidades de manipulación hiperrealista han creado dinámicas inéditas de abuso virtual, cuya circulación algorítmica perpetúa daños —especialmente contra mujeres y niños—. Ante esto, las respuestas punitivas ordinarias se muestran tardías, exigiendo modelos capaces de comprender los conflictos en su raíz.

Es en el encuentro fecundo entre generaciones donde este volumen encuentra su principal fuerza institucional: al articular la solidez crítica de profesores, juristas y operadores experimentados con el frescor investigativo de los nuevos investigadores, la revista consolida un diálogo intergeneracional indispensable. "Esta interlocución oxigena las bases teóricas de la victimología y de la justicia restaurativa, revigorizando el debate científico con nuevas perspectivas". Invitamos a las lectoras y a los lectores a encontrar en estas páginas un terreno común, comprometido con la transformación práctica de las instituciones y con la afirmación incondicional de la dignidad humana.

Celeste Leite dos Santos

Editora en Jefa

Marilene Araújo

Editora en Jefa

ÉDITORIAL

La consolidation d'un nouveau volume de la *Revue Internationale de Victimologie et de Justice Réparatrice* réaffirme l'engagement institutionnel en faveur de la production de connaissances scientifiques orientées vers la protection des victimes et la promotion de réponses de justice compatibles avec la dignité humaine. Dans un champ historiquement marqué par des asymétries de pouvoir, ce

numéro relève un défi central : construire une tutelle et une réparation intégrales pour les victimes, en évitant que le savoir juridique — et les pratiques qui en découlent — ne restent prisonniers d'un formalisme qui, fréquemment, neutralise les préjudices, réduit les récits au silence et naturalise les violences.

Le parcours éditorial s'organise ainsi autour de la critique des limites des systèmes de contrôle social et de l'efficacité des réponses étatiques. Loin d'une description statique des normes, les articles réunis ici tendent les frontières opérationnelles, mettent en évidence des sélectivités et examinent les mécanismes structurels qui perpétuent les vulnérabilités, en particulier lorsque les sujets touchés portent des marques sociales qui les rendent « moins audibles » dans les espaces de décision publique.

Sur le même axe, le numéro approfondit la discussion sur la matérialité de l'accompagnement institutionnel. La réparation cesse d'être un simple geste symbolique occasionnel pour s'affirmer comme un engagement éthique et juridique ; la protection est traitée comme un processus vérifiable, capable d'atténuer les risques et d'empêcher

la revictimisation. L'expérience démontre que, dans des contextes tels que la violence domestique — et de manière particulièrement sensible lorsqu'elle implique des enfants exposés à des traumatismes chroniques —, le récit des victimes peut être disqualifié par le scepticisme institutionnel ou par des lectures qui négligent la complexité de la souffrance. D'où l'urgence d'un regard rigoureux sur les dévoiements normatifs qui, au lieu de protéger, engendrent de nouveaux dommages.

L'architecture scientifique de ce volume intègre également un choix méthodologique pertinent : l'ouverture aux nouvelles générations de chercheuses et chercheurs, à travers le Programme Jeune Leader de l'*Instituto Pró-Vítima*. La participation d'étudiantes et de chercheuses en droit n'est pas traitée comme un appendice thématique, mais bien comme une stratégie de durabilité intellectuelle et de renouvellement de la pensée critique. Sous une perspective documentaire et analytique, cette production met en lumière les coûts de l'exclusion et les barrières qui opèrent le musellement du genre dans le milieu professionnel, la représentation politique et l'accès aux instances de

pouvoir.

Enfin, ce numéro reconnaît également que les violences contemporaines ont pris de nouveaux contours avec les transitions sociotechniques. L'essor de l'intelligence artificielle générative et les possibilités de manipulation hyper-réaliste ont créé des dynamiques inédites d'abus virtuel, dont la diffusion algorithmique perpétue les dommages — en particulier à l'encontre des femmes et des enfants. Face à cela, les réponses punitives ordinaires s'avèrent tardives, exigeant des modèles capables de comprendre les conflits à leur racine.

C'est dans la rencontre féconde entre les générations que ce volume trouve sa principale force institutionnelle : en articulant la solidité critique de professeurs, de juristes et de praticiens expérimentés avec la fraîcheur d'investigation de nouveaux chercheurs, la revue consolida un dialogue intergénérationnel indispensable. « Cette interlocution oxygène les bases théoriques de la victimologie et de la justice réparatrice, tout en revigorant le débat scientifique par de nouvelles perspectives. » Nous invitons les lectrices et les lecteurs à trouver dans ces pages un terrain commun, engagé dans la transformation pratique des institutions et dans l'affirmation inconditionnelle de la dignité humaine.

Celeste Leite dos Santos

Rédactrice en Chef

Marilene Araújo

Rédactrice en Chef

EDITORIALE

La consolidazione di un nuovo volume della *Rivista Internazionale di Vittimologia e Giustizia Riparativa* ribadisce l'impegno istituzionale nella produzione di conoscenza scientifica orientata alla protezione delle vittime e alla promozione di risposte di

giustizia compatibili con la dignità umana. In un ambito storicamente segnato da asimmetrie di potere, questo numero affronta una sfida centrale: costruire tutela e riparazione integrale per le vittime, evitando che il sapere giuridico — e le pratiche che da esso derivano — rimangano prigionieri di un formalismo che, frequentemente, neutralizza i danni, silenzia le narrazioni e naturalizza le violenze.

Il percorso editoriale si organizza, pertanto, attorno alla critica dei limiti dei sistemi di controllo sociale e dell'efficacia delle risposte statali. Lungi dall'essere una descrizione statica delle norme, gli articoli qui raccolti tendono le frontiere operative, evidenziano selettività ed esaminano i meccanismi strutturali che perpetuano le vulnerabilità, soprattutto quando i soggetti colpiti portano segni sociali che li rendono "meno ascoltabili" negli spazi di decisione pubblica.

Sullo stesso asse, l'edizione approfondisce la discussione sulla materialità della cura istituzionale. La riparazione cessa di essere un gesto simbolico occasionale per consolidarsi come impegno etico-giuridico; la protezione viene trattata come un processo verificabile, capace di mitigare i rischi e impedire la revittimizzazione. L'esperienza dimostra che, in contesti come la violenza domestica — e in modo particolarmente sensibile quando coinvolge bambini esposti a traumi cronici —, il racconto delle vittime può essere screditato da un certo scetticismo istituzionale o da letture che non tengono conto della complessità della sofferenza. Da qui l'urgenza di uno sguardo rigoroso sui travisamenti normativi che, anziché proteggere, generano nuovi danni.

L'architettura scientifica di questo volume incorpora inoltre una scelta metodologica rilevante: l'apertura alle nuove generazioni di ricercatrici e ricercatori attraverso il Programma Giovane Leader dell'*Instituto Pró-Vítima*. La partecipazione di studiose e studentesse di Giurisprudenza non è trattata come un'appendice tematica, ma come strategia di sostenibilità intellettuale e di rinnovamento del pensiero critico. Sotto una prospettiva documentale e analitica, tale produzione illumina i costi dell'esclusione e le barriere che operano il silenzio di genere nell'ambiente aziendale, nella rappresentanza politica e nell'accesso alle istanze di potere.

Infine, questo numero riconosce anche che le violenze contemporanee hanno assunto nuovi contorni con le transizioni sociotecniche. L'espansione dell'intelligenza artificiale generativa e le possibilità di manipolazione iperrealistica hanno creato dinamiche inedite di abuso virtuale, la cui circolazione algoritmica perpetua il danno — soprattutto nei confronti di donne e bambini. Di fronte a ciò, le risposte punitive ordinarie si rivelano tardive, richiedendo modelli capaci di comprendere i conflitti alla loro radice.

È nell'incontro fecondo tra le generazioni che questo volume trova la sua principale forza istituzionale: articolando la solidità critica di professori, giuristi e operatori esperti con la freschezza investigativa dei nuovi ricercatori, la rivista consolida un dialogo intergenerazionale indispensabile. "Questa interlocuzione ossigena le basi teoriche della vittimologia e della giustizia riparativa, rivigorendo il dibattito scientifico con nuove prospettive." Invitiamo le lettrici e i lettori a trovare in queste pagine un terreno comune, impegnato nella trasformazione pratica delle istituzioni e nell'affermazione incondizionata della dignità umana.

Celeste Leite dos Santos

Direttrice Responsabile

Marilene Araújo

Direttrice Responsabile